



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1978

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Jayme Rodrigues Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, José Domingos Scarpeolini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguiardo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (33); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Manoel Gaona, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias** Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

Offícios

Sob o n.º 100/78, da Senhora Terezinha C. Agostini, 1ª Secretária da Câmara Municipal de Coronel Vivida, encaminhando a este Poder Legislativo, indicação do Vereador Pedro Mezzono, referente a preservação das matas no Estado do Paraná. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 144/78, do Senhor Celso Gomes Corrêa, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguáçu, e conforme requerimento autenticado pelos seus novos Vereadores, todos pertencentes ao Partido da Aliança Renovadora Nacional, vem com todo o respeito, apelar ao espírito esclarecido dos Senhores Parlamentares, no sentido de interceder junto ao Excelentíssimo Governador do Estado, para que encontre urgentemente uma solução satisfatória para ambas as partes no impasse entre os professores do Estado do Paraná e o Governo. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 154/78, do Senhor Doutor Iwerson Chiuratto, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, no qual participa aos Senhores Parlamentares que, em Sessão Ordinária daquela Câmara, realizada no dia 22 do mês próximo passado, foi apresentado manifesto, hipotecando irrestrita solidariedade à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre problemas ecológicos, alertando-a para que medidas enérgicas sejam tomadas, a fim de coibir, definitiva e permanentemente, o crime que se está cometendo com a depredação e desequilíbrio ecológico de uma vasta área. — **Agradeça-se.**

Telex:

Nos seguintes termos:

Assembléia Legislativa Cearah vg atendendo proposição autoria Senhor Deputado Alfredo Marques bancada mdb este Estado transmite apelo vossência sejam enviados esforços objetivando revogação lei número 6339, de pro primeiro de julho de 1978 que estabelece normas relativas processo eleitoral - Cordiais Saudações - Deputado Paulo Benevides - Presidente. — **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 06 de corrente, na cidade de Curitiba, do Senhor OLEGÁRIO ATRES DE ARRUDA.

Homem probo, chefe de família exemplar, funcionário aposentado da Prefeitura Municipal de Curitiba, onde granjeou a simpatia de seus colegas. O extinto era pai do Professor Almir Arruda, atualmente assessor parlamentar da Secretaria de Segurança Pública.

Requer outrossim, sejam enviadas cópias do inteiro teor do presente, à família enlutada, na pessoa de seu filho, Professor Almir Arruda, à Alameda Cabral, 312.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ CRIVELARO, ocorrido ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO PEDRO BOM, de tradicional família paranaense.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada. Rua Almirante Gonçalves, 600 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado o envio de votos de louvor ao GRUPO INDEPENDÊNCIA DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS "A.A.", pela passagem de seu 10º ano de fundação nesta Capital, bem como da implantação deste movimento de recuperação de alcoólatras em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o voto de louvor que ora

propomos, tem a mais alta significação, tendo em vista que ALCOÓLICOS ANÔNIMOS "A.A.", é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperar do alcoolismo. Em todas as suas relações com o público, ALCOÓLICOS ANÔNIMOS "A.A.", tem por objetivo ajudar o alcoólatra que ainda sofre. Acreditam que isto pode ser feito levando ao conhecimento dele, o alcoólatra, e daqueles que o querem ajudar, no caso seus familiares e amigos, que às vezes desesperados, acabam deixando o alcoólatra à sua própria sorte. ALCOÓLICOS ANÔNIMOS "A.A.", divide com essas pessoas sua própria experiência com indivíduos e como irmandade, sem nada exigir em troca, a não ser a vontade de parar de beber, assim mesmo com um programa de apenas vinte e quatro horas de sobriedade, pois de nada adianta se pensar no dia de hoje.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao ROTARY CLUB DE MORRETES, pela Campanha Escolar do Combate à Verminose.

Nosso objetivo ao elaborarmos o presente requerimento, é o de prestar justa homenagem ao Rotary Club de Morretes, pela oportuna e louvável iniciativa em promover a Campanha Escolar do Combate à Verminose, que a exemplo dos demais Rotarianos de todo o Brasil, preocupam-se sem outros interesses, a não ser o de colaborar na solução dos diversos problemas que atingem o povo brasileiro, especialmente no que tange à saúde das populações interioranas, obviamente mais carentes de orientação e assistência médica.

Nosso aplauso portanto, aos Rotarianos de todo o País e particularmente aos morretenses, motivo pelo qual esperamos contar com o apoio dos nobres colegas, associando-se assim o Poder Legislativo de nosso Estado às manifestações de reconhecimento da coletividade de Morretes ao Rotary Club daquela cidade.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência do mesmo ao Rotary Club de Morretes.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinada a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Rio do Salto, Município de Cascavel.

A solicitação que se faz tem por finalidade dotar aquele distrito localizado no Município de Cascavel, de um sistema rápido de comunicações, o que ocasionará enormes benefícios à sua crescente população, que com o seu trabalho vem contribuindo para o progresso daquela região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinado, a exemplo dos demais Estados da Federação Brasileira, a suspen-

são do exame psicotécnico obrigatório, para a expedição de Carteira de Habilitação de Motorista Amador.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo, vem de encontro aos anseios de grande parte da população, que, atualmente, para se munirem de uma Carteira de Habilitação de Motorista Amador, são obrigados a prestar exames psicotécnicos, com pagamento de taxas que não são acessíveis à grande maioria, e também a se deslocarem aos centros, onde tais exames são prestados. A supressão da obrigatoriedade de exame, vem sendo adotado em diversos Estados, entre os quais poderemos citar: Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, razão pela qual nada de estranho; que tal medida também aqui seja adotada.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 153/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL MARTINS LUTHER — ASSEAMAL, com sede e foro na cidade de Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional e Assistencial Martins Luther - ASSEAMAL de Mal. Cândido Rondon, criada para manter e administrar o Pré-Escolar - Ensino de 1.º Grau, em conformidade com as Leis de Ensino vigentes no País, declara de utilidade pública Municipal, através da Lei nº 1286, de 27 de abril de 1978, procura oferecer ambiente sadio e criativo às crianças deste nível, estimulando-as para melhor aproveitamento de aprendizado de sua vida escolar. Esta Associação não tem fins lucrativos, como também não remunera sua diretoria, conforme estatutos anexos a este plano de lei. Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 154/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 17 da Lei 6521, de 04 de janeiro de 1974 passa a vigorar com a seguinte redação:

... Art. 17 — As pensões de que trata a Lei 1095, de 07 de janeiro de 1953, ficam elevadas ao valor mensal de 01 (hum) salário mínimo regional.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

No dia 08 de maio de 1945, a guerra acabou no Quartel General de Reims, Alemanha, com a assinatura da rendição do Mal. Doenitz, que assinalou o fim da Guerra Mundial no T.O. da Europa.

Estava liquidado o poderio político militar do 3.º Reich que Hitler levantara contra as Nações do Mundo Livre. A luta foi gigantesca e envolveu grande número de países. combatendo-se na Europa, África e Ásia, Oceania e nos mares da América. O Brasil empregou na II Guerra Mundial um total de 25.705 homens integrantes da FEB e da Força Aérea, dos quais 465 faleceram em combate nos campos da Itália. Além disso, 1.442 inclusive civis, da Marinha de Guerra e da Mercante, também faleceram, vítimas dos afundamentos e torpedeamentos dos na-

vios brasileiros. No Monumento Nacional aos mortos da 2ª Guerra Mundial, estão sepultados os restos mortais de 467 pracinhas das forças da terra, mar e ar, mortos em ação.

Como flagelo artificial maquinado e deflagrado pelo homem, a 2ª Guerra Mundial foi o maior conflito armado e assumiu as dimensões de extermínio.

A FEB que representou o Brasil nesta Guerra, cumpriu com êxito a missão que lhe foi confiada, a despeito de condições e circunstâncias adversas.

Sob a proteção do Senhor Deus, os bravos pracinhas e oficiais da FEB, souberam conduzir-se como verdadeiros descendentes de Caxias, Osório, Tamandaré e Barroso, pelo equilíbrio, bravura, coragem, despreendimento e pela ampla noção do cumprimento do dever militar de soldado do Brasil.

A medida que ora propomos é justa, de direito e, além de tudo, uma homenagem.

Cultuar a memória daqueles que lutaram para que as liberdades, as garantias individuais dos Direitos Humanos e dos Direitos Sociais, dentro da Sociedade e diante do Estado, não morressem, constitui um imperativo nacional.

Porém, cremos nós, ainda, que a melhor homenagem aos combatentes mortos é dar assistência aos seus companheiros vivos, seus dependentes e familiares.

PROJETO DE LEI Nº 155/78

Senhor Presidente.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes urbanos nºs 06 e 08, da quadra nº 55, do loteamento de Paranavaí, medindo 15 mts de frente para a Rua Alagoas, por 26 mts de lado, fazendo o último lote esquina com a Rua Bahia, respectivamente com as áreas de 490 m² e 390m², num total de 880 m², localizados no Município de Paranavaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1978.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A presente doação tem por finalidade dotar a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí de condições para melhor acomodar suas instalações que se situam nos imóveis de propriedade do Estado.

Com isso aquela Associação terá condições de melhor atender aos seus serviços, e em consequência, dar melhor assistência à comunidade de Paranavaí.

Nestas condições apresentamos o presente plano de lei, que esperamos contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao único Deputado inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não sei, Sr. Presidente; só sei que houve o início de uma ponte sobre o Rio Piquiri, Porto Quatro, que une Goioerê a Formosa do Oeste.

Eu sou um Deputado escaldado, por isso mesmo, precavido. São promessas de 20 anos, como era a promessa da estrada que une Campo Mourão a Goioerê, a qual me preocupa, ainda.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há poucos meses, iniciou-se a construção da tão sonhada ponte, a ponte que já recebeu festejos, a ponte que já recebeu pedras fundamentais, a ponte que já deu tantos votos para o Partido do Governo. Estive há poucos dias, Sr. Presidente, na minha região, e vi, e notei e sondei um desânimo total, a ponto de um emprei-

teiro dizer que os funcionários para construção daquela ponte, haviam sido transferidos para uma ponte que dá mais lucro ao Governo.

Sr. Presidente, venho à tribuna esta tarde, para fazer, em nome do povo de Goioerê e Formosa do Oeste, um apelo ao Governo; estando aí a 60 dias das eleições e, eu temo que este Governo vá querer dar continuidade a essa ponte às vésperas das eleições, porque eu vejo, Sr. Presidente, vejo, Srs. Deputados, que todos nós vemos e, os Deputados da Arena também vêem a derrota da Arena nas eleições que virão, irrefutáveis. Tenho a preocupação de que o Governo vá querer dar uma aceleração na ponte, em vésperas de mais uma eleição, para ganhar, outra vez, maldosamente, injustamente, o voto daquele povo tão sofrido do Vale do Piquiri.

Para isso, Sr. Presidente, e para desengano de minha consciência, do Deputado que saiu bem votado em Formosa do Oeste, nas eleições passadas, dizendo que iria lutar para construção daquela ponte, quero deixar registrado nos Anais desta Casa, neste dia, um apelo ao Governo do Estado, ao DER, para que não construa a nossa ponte em troca de votos. Mas, que devolva o imposto e as taxas recebidas daquele povo laborioso, do agricultor da minha região, em matéria de obra. Que a construa já. Que deixe, o Governo, de politicagem e de política. Que traga os homens que ele dispensou daquela construção, para que o povo tenha a ponte da promessa de 20 anos, Sr. Presidente, 20 anos, somente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Os Srs. Deputados oradores inscritos para o Pequeno Expediente, houveram por bem desistir.

Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Líder do MDB, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos, xerox de algumas resoluções do Sr. Secretário de Educação e Cultura, em que se formaliza a punição de professores participantes do Congresso dos Professores do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente não pretendo entrar no mérito destas punições, e as razões que levaram o Secretário de Educação e Cultura a efetuar esta punição. Acredito, Sr. Presidente, que em face da deliberação dos professores retornarem às aulas, em face de, as mais várias manifestações de apoio aos professores e de apelo a que voltassem às aulas e ao Governo para que restabelecasse o diálogo, e em face desse atendimento por parte dos professores de voltarem às aulas e esperarem o restabelecimento do diálogo, eu acredito, Sr. Presidente, de que um gesto de grandeza por parte do Governo do Estado do Paraná poderia se verificar nesta hora.

Em absoluto quero criticar o Governo pela punição. Quero apenas formar um apelo ao Governo do Estado para que tenha a grandeza suficiente de mostrar que do diálogo e do entendimento é possível que o Estado do Paraná dê uma demonstração de amadurecimento entre os homens responsáveis deste Estado.

De outro lado, Sr. Presidente, temos uma reunião de bancada fixada para amanhã, onde, democraticamente, vamos analisar o problema destas punições. Hoje tão somente, Sr. Presidente, é para protestar contra estas punições, porque me parece haver uma certa incoerência na atitude governamental. Se reconhece como justas as pretensões dos professores, se inclusive o Governo talvez até atendendo o pedido de Deputado desta Casa, o eminente Deputado Gilberto Carvalho, atendeu e fez uma contraproposta para conceder a estabilidade aos suplementaristas. Também nesta contraproposta o Governo pretende atender alguns tópicos das reivindicações dos professores, é porque reconhece que tais pretensões, tais reivindicações seriam justas.

Agora, punir os professores, alguns professores, de manei-

ra diversa, de maneira discricionária, lamentavelmente no nosso entendimento há uma incoerência do próprio Governo. Se atende porque reconhece justo e se pune porque alguém pleiteou pelo sagrado direito que foi reconhecido, evidentemente há uma incoerência.

Portanto, Sr. Presidente, o protesto contra a punição e o apelo para que o Governo do Estado tenha a grandeza de agora que os professores voltaram às aulas sejam estas penas anistiadas porque quem sairá ganhando então será o Governo do Estado do Paraná, que demonstrará a grandeza suficiente de reconhecer de que ninguém é infalível, e de reconhecer que ninguém é dono da verdade.

Acredito de que seria a demonstração cabal e inequívoca de que o Governo do Paraná daria até no exercício de uma prática democrática de permitir neste Estado, que cidadãos conscientes e responsáveis se reúnam para pleitear os seus direitos e de que por isso não sejam punidos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes.

A Presidência comunica ao orador, Deputado Wilson Fortes, que V. Ex.^a dispõe de 15 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegando do Interior do Estado, lá da nossa região de Paranavaí, no decorrer dos últimos dias, nos deparamos com um fato lamentável na cidade de Paraíso do Norte.

Chegou ao nosso conhecimento que o ilustre Deputado Waldenício Barbalho, representante também, da cidade de Paranavaí, do Noroeste nesta Casa, Deputado que temos a honra de privar da sua amizade, que merece o nosso respeito e a nossa consideração, mas, tivemos conhecimento através de contatos lá na região e em Paraíso do Norte, e através da imprensa, que o nobre Deputado Waldenício Barbalho, desta tribuna, criticou violentamente, o Prefeito de Paraíso do Norte, Germano Sordi, e nós queríamos aqui, neste instante, transmitir ao povo do Paraná que, efetivamente, o Deputado Waldenício Barbalho, foi infeliz. Cometendo mesmo, uma grande injustiça.

Prefeito, jovem, com 22 anos e que já pertenceu num passado distante, ao Partido da Oposição, o MDB. Mas, que disputou a eleição pela ARENA e venceu, conseguindo 80 ou 77% da votação do seu município. Está fazendo uma administração brilhante, moço, idealista, de visão panorâmica para o futuro, que tem plenas condições de num futuro não muito distante, talvez ocupar uma cadeira aqui, na Assembléia Legislativa do Estado.

Jovem, idealista, cheio de vida, fazendo uma administração, que em termos proporcionais, é a que mais realiza no Noroeste do Estado. Não podemos admitir, e chegou a nos causar estranheza, a atitude do Deputado Waldenício Barbalho, que pelo que fui informado, está ausente desta Casa.

Mas, não poderíamos deixar de nos pronunciar neste instante e nem poderíamos nos omitir. O radicalismo do Deputado Waldenício Barbalho, nos causou realmente, estranheza; homem que conhece perfeitamente a região de Paranavaí e todos os municípios daquela região, nos causou surpresa o seu pronunciamento.

Se o Germano Sordi, se afastou do MDB há alguns anos passados; se chegou à conclusão de que deveria disputar as eleições para Prefeito, pela legenda da ARENA, temos que respeitar a sua atitude, ele não é dos prefeitos que disputou as eleições e ganhou pelo MDB, e depois passou para a ARENA, ele disputou pela ARENA, continua na ARENA, está conosco, está com Flávio Giovini que defende intransigentemente, a candidatura de Túlio Vargas.

Tem o aparte, o Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — Apenas, Deputado, para não permitir que

se registre tão só, o comentário de V. Ex.^a, sem que da nossa parte ou pelo menos, de minha parte pessoal, não se ponha cobro ao que diz V. Ex.^a e tão enfaticamente, com relação ao eminente Deputado Waldenício Barbalho.

Não conheço o caso, não estou ciente da questão, não importa isso; conheço e tenho ciência, da vida e da atuação do eminente Deputado Waldenício Barbalho, correto, sério, leal, firme mas, acima de tudo, um homem que põe à frente do seu trabalho, uma consciência reta e uma consciência digna. A palavra de S. Ex.^a nesta Casa, e fora dela, sempre esteve pautada pelo verdadeiro, pelo correto, e pelo justo. Parece com toda a certeza, que o Deputado Waldenício Barbalho, hoje aqui não presente, merece que esse reparo seja feito, e que seja dito.

Era o aparte.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado Enéas Faria, eu disse no início de minhas palavras, que admiro muito, e tenho até a satisfação e a honra de ter amizade com o Deputado Waldenício Barbalho, nosso amigo de Paranavaí, dos idos de 1960, sempre nos entendemos bem, e eu o admiro muito. Mas, neste episódio, eu não poderia deixar de dizer ao Paraná, através da tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, que o nobre Deputado Waldenício Barbalho cometeu uma injustiça. E a injustiça foi muito longe, tanto que, a Câmara de Vereadores de Paraíso do Norte votou, pela sua maioria, um voto de repúdio ao Deputado Waldenício Barbalho; considerando, no mesmo voto de repúdio "persona non grata" na cidade de Paraíso do Norte.

É lamentável, inclusive para nós, virmos à tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, exteriorizar aquilo que nos vai no coração, transmitir aquilo que se passa no Interior do Estado, num momento como este, às vésperas das eleições, sobre um colega nosso, que nós queremos bem e que desejamos que ele consiga a sua reeleição. Mas, dado à injustiça que ele cometeu, e o fez desta tribuna, não poderíamos, em hipótese nenhuma, nos omitir neste instante.

Semana passada, estivemos em Curitiba, já no final da semana, e não tivemos a oportunidade de assistir à sessão, participar da sessão e usar a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado. Queremos, pois, neste instante, ao reconhecer as qualidades do Deputado Waldenício Barbalho, dizer também do seu erro, da sua injustiça. Um Prefeito que é reconhecido na micro-região de Paranavaí, na AMOPAR, como um dos Prefeitos que mais está realizando, que tem os Vereadores da Câmara Municipal a seu lado, por unanimidade aprovando, aplaudindo o seu trabalho, o seu programa de Governo, as suas realizações, por motivo tão fútil, vem à tribuna da Assembléia, o nobre Deputado Waldenício Barbalho criticá-lo de uma maneira violenta.

Isto chamou a atenção não só em Paranavaí, como no Noroeste inteiro. Tanto que a Câmara se reuniu e votou um voto de repúdio ao Deputado Waldenício Barbalho.

É entristecedor para nós virmos à tribuna relatar este fato. Mas como representantes daquela cidade, há 12 anos, nesta Casa, pois em três eleições que disputamos, todas as três conseguimos vencer em Paraíso do Norte, creio que venceremos a quarta, temos lá bons amigos, Prefeito, o ex-Prefeito, a Câmara, os Vereadores; temos procurado através do grande Governo de Jayme Canet Júnior, levar obras para aquela cidade e, temos conseguido. O Prefeito sabe pedir. Temos tido a felicidade de atender aos seus pedidos, de através dos Secretários do Governador Jayme Canet Júnior, fazendo com que as reivindicações daquele município, que, efetivamente, vão de encontro às aspirações mais puras daquele povo, sejam realmente atendidas, quer no setor de estradas, de energia elétrica, de telecomunicações, saúde pública, setor educacional.

Paraíso do Norte, hoje comarca, que detém uma posição importante da região do Noroeste, é um município que muito tem contribuído para a grandeza do Estado do Paraná no setor econômico.

E vemos assim, de uma maneira que nos entristece, o Deputado Waldenício Barbalho dentro de um plano estupidamente radical, tentando atingir um moço idealista de 22 anos, que aponta como um futuro candidato a Deputado Estadual dentro de 4 anos, com cadeira quase segura nesta Casa, sendo atacado injustamente. Talvez por problemas, não digo que desconhecamos, pois foi companheiro do Deputado Waldenício Barbalho há muitos anos passados, mas, como disse, passou para a Arena, disputou as eleições pela Arena, fazendo 77, 80% da votação no Município, e nós não poderíamos nos omitir; já que aqui nos encontramos, que pertencemos a esta Casa, que representamos o Noroeste do Estado, não poderemos, em hipótese alguma, permitir que esta injustiça seja cometida.

Sentimos imensamente que hoje não se encontre aqui, nesta Assembléia, o Deputado Waldenício Barbalho. Mas fica aqui registrado o nosso protesto contra o seu pronunciamento, contra a injustiça que cometeu, contra o radicalismo, sem limites, em atingir indevidamente um Prefeito, um homem que foi alçado ao cargo de Prefeito de uma cidade tão importante como Paraíso do Norte, que vem cumprindo com sua obrigação, fazendo uma administração magnífica. Existem aqueles Prefeitos que não têm a felicidade de estabelecer e cumprir um programa de Governo que vá de encontro aos interesses do povo.

Mas Germano Sorde, como sabe Paranaíba e todo Noroeste do Estado, é um jovem simpático que vem cumprindo a sua administração, fazendo uma administração magnífica, que ultrapassa as fronteiras do seu município. Tanto que é tido e havido como futuro candidato a Deputado Estadual. Com os nossos aplausos. E, da Assembléia Legislativa do Estado, parte uma crítica infundada, procurando inclusive frustrar aquele que tanto tem realizado e pretende realizar para o seu município e para o seu povo.

Sentimos imensamente não estar aqui presente hoje o Deputado Waldenício Barbalho, mas fica aqui registrado o nosso protesto contra o seu pronunciamento, contra o seu radicalismo e contra a injustiça que aqui ele cometeu.

Muito obrigado.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência, por um equívoco deixou de conceder a palavra, no tempo ainda restava do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, o orador indicado. E, concede neste momento, com as devidas escusas, a palavra ao Deputado Enéas Faria, por 7 minutos.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo que suprimiu a liberdade, o Governo que se encimou à Lei, o Governo do arbítrio e da violência, o Governo do AI-5 e da Legislação de exceção, o Governo que maculou os parlamentos e desprorrogativou a Magistratura. O Governo que implantou nesta Terra a noite negra do obscurantismo em que vivemos, o Governo que desgraça esta Nação, pela incompetência dos seus atos. O Governo que decai da confiança popular pelas reiteradas suspeições de corrupção. Este Governo são satisfeito com tudo isto, ainda tenta de todas as formas, calar a voz das consciências livres nesta Terra. E implanta, Sr. Presidente, implanta, Srs. Deputados, para espanto e para o pasmo das populações, implanta, a chamada "Lei Falcão". A limitação, o garroteamento, o impedimento à palavra livre, ao pensamento solvo, à idéia, com isso pretendendo quem sabe e efetivamente limitar e impedir as oposições neste País. Mas, mais do que isto, agredindo e violentando a própria consciência cívica dos brasileiros porque impede o debate das idéias, porque impede o debate político neste país. Mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo assim, desrespeitada esta legislação, mesmo assim frustrada esta legislação, porque ao Governo tudo é permitido e aí está a imprensa, aí está o rádio, aí está a televisão, a mostrar dia a dia, a toda a hora,

a mostrar que esta lei é feita tão só para nos calçar e para nos impedir, porque ao Governo tudo é permitido; porque ao governo tudo se possibilita, mesmo assim não satisfeito, Sr. Presidente, mesmo assim, não contente, ainda se voltam contra a figura modesta, contra a figura humilde deste Deputado, na aparição estática que faz, pelas televisões do Paraná, pela fotografia parada e na voz do locutor qualquer, ainda se volta contra essa humilde figura, Sr. Presidente, para impugnar e impedir, que um currículo de vida, forjado em 10 anos de atividade parlamentar, seja impedido de ser divulgado, seja impedido de ser transmitido, seja impedido de ser colocado frente ao eleitorado e frente ao povo do Paraná, nem mais isso se pode, Sr. Presidente, queriam com certeza e queriam certamente, que ficássemos a tergiversar, que ficássemos jungidos à sanha da violência, e à sanha da pressão desta gente. Apenas transmitimos aquilo que os Parlamentos durante 10 anos nos deram oportunidade de fazer, uma luta permanente e constante, contra a corrupção e contra a incompetência, contra o arbítrio e contra a violência. Contra a ditadura aqui instalada, Sr. Presidente. E isto falei desta tribuna ao longo de todos estes anos; isto falei, Sr. Presidente, da Câmara de Curitiba, durante dois mandatos. Isto tenho falado. Esta tem sido a grande meta da minha atuação política.

Porque mais importante do que qualquer coisa é devolver o Brasil aos brasileiros; porque mais importante do que tudo, Sr. Presidente, é se restaurar o império da lei nesta terra; mais importante do que tudo é se restabelecer a democracia no Brasil e para os brasileiros.

Não sei, Sr. Presidente, não sei, Srs. Deputados, se foi simplesmente a minha figura estática numa fotografia parada que trouxe algum desassossego aos poderosos da ARENA e aos poderosos do Governo, ou não sei se foi o texto lido pelo locutor, que acabou agulhando a consciência dos homens do Governo e dos homens do seu partido.

Naquele texto digo apenas que lutei contra a corrupção. E, certamente, o Governo da BRACAFÉ, o Governo da Ferraz de Campos, o Governo da Cavalcanti Junqueira, o Governo da PARPLAN e o Governo de tantas outras coisas, não pode se sentir satisfeito e não pode se sentir sossegado quando alguém vem e agulha e trata da corrupção nesta terra.

Apenas disse que esta Nação se desgraça pela incompetência. Que este Estado moureja triste e lamentavelmente pela incompetência de seus governantes e do seu Partido. E aí nós estamos vendo um Estado que se paralisa, um Estado estático, um Estado sem grandes obras, um Estado sem filosofia, um Estado que retroage perante os olhos da Nação toda.

Isto certamente agride e violenta aqueles que nada fizeram, aqueles que não tiveram competência para fazer.

Tinha, Sr. Presidente, de proceder o registro nesta Casa. De outra forma e em outro lugar não seria possível.

Não sei até que ponto ainda nos permitirão as praças; não sei até que ponto ainda nos permitirão os comícios, tudo tão limitado, tudo tão garroteado, tudo tão oprimido, tudo tão violentado nesta terra.

Tinha que fazer o registro para que os Anais desta Casa guardassem para amanhã e para um dia, que a palavra daquele que jamais fugiu deste combate, a posição daquele que jamais fugiu desta luta, não iria se acovardar agora, diante das ameaças e diante as opressões.

Sabe este Governo, e sabe o Partido deste Governo, sabe que não se está travando nesta terra tão só e apenas uma eleição, onde se contarão matematicamente na frieza, se contarão os votos a favor deste ou daquele Partido, a favor deste ou daquele candidato; sabe este Governo e sabe o seu Partido, mais do que ninguém, que se trava neste momento da Pátria, se trava uma luta profundamente histórica, porque ela poderá e certamente levará este País de retorno à lei, à liberdade, à justiça e à democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador)**
O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)**. — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/77, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Londrina", com sede e foro na cidade de Nova Londrina. Parecer favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado**.

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores Públicos Municipais de Goio-Erê", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/78, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o "Lar Betel", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

O SR. NILSO SGUAREZI — Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)**. — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)**. — Atendo V. Ex.^a.

Em votação, o Projeto de Lei n.º 92/78, no sentido inverso. Os Senhores Deputados que aprovam queiram se levantar. — **(Pausa)**. — Senhores Deputados que rejeitam, queiram se levantar. — **(Pausa)**. — Esta Presidência consulta o Sr. Deputado Erondy Silvério como vota no projeto?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, eu acho que não adianta votar nem favoravelmente, nem em sentido contrário, nesse projeto, porque o que vem se verificando nesta Casa, eu nunca vi em minha vida — e são 25 anos de janelas que eu tenho.

A pretexto de emprestar solidariedade ao Movimento de Professores, já superado, a bancada do MDB nesta Casa, vem negando sistematicamente "quorum" para aprovação de matérias importantíssimas para a vida do Estado, inclusive, esta Mensagem Governamental, que trata do efetivo da Polícia Militar. Eu não entendo, Senhor Presidente. Grita-se, reclama-se, protesta-se contra o Governo, porque não oferece proteção, não oferece segurança à população.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, por uma questão de ordem.

Deve justificar o que é que é. É levantamento de questão de ordem ou encaminhamento de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, eu estou respondendo à Mesa.

V. Ex.^a solicitou o meu voto, e eu estou dando o meu voto. Estou justificando, para, finalmente votar. É regimental e não tem nenhuma procedência, a questão de ordem levantada pelo líder do MDB, nesta Casa.

No instante em que o Governo manda mensagem aumentando o efetivo da Polícia Militar do Estado, e dando outras providências no sentido de reequipar aquela força pública, para oferecer à população a segurança que ela precisa, que ela reclama e que ela merece, vem a bancada do MDB, negar "quorum" à votação dessas matérias.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, é improcedente a alegação. O MDB está em maioria na Casa, Senhor Presidente. Não há porque que V. Ex.^a permita que o nobre Deputado

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É efetivamente sobre esta matéria, Senhor Presidente.

O Sr. Lineu Turra — É demagogia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Demagogia faz a bancada do MDB. Demagogia faz a bancada do MDB.

O Sr. Lineu Turra — É demagogia barata.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E eu conclamo os Deputados do MDB, não receberem subsídios, jeton, aluguel de casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Está sendo feito, nobre Deputado. Está sendo feito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Fazem demagogia aqui a custa do professorado, levar o professorado a caminhos tortuosos, a caminhos tortuosos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Por uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quem faz demagogia nesta Casa?

O SR. NILSO SGUAREZI — Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)** — **(Faz soar os tímpanos)**. — **(Tumulto no Plenário)**.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quem faz demagogia nessa Casa? Não aceitamos a sua demagogia. Por isso, não adianta votar dessa maneira, Senhor Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)**. — Esta Presidência suspende a sessão, por alguns minutos, porque esta Mesa está incompleta. Está suspensa a sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, questão de ordem.

Requeiro a V. Ex.^a que após V. Ex.^a anunciar o resultado da votação, V. Ex.^a proceda chamada nominal dos Srs. Deputados, para que a história registre os que ganham do povo, sem trabalhar.

O SR. ENÉAS FARIA — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)**. — Está reaberta a sessão.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, é fácil se restabelecer a verdade; e, o próprio levantador da questão, nesta Casa, oferece a melhor sugestão, Sr. Presidente. Aqui, estamos os Deputados do MDB; ali, estão os Deputados da ARENA. Alguém não está proporcionando "quorum". Estamos em maioria, aqui, hoje; mais uma vez, como sempre, Sr. Presidente, ao longo desses anos todos; o MDB sempre esteve em maioria nesta Casa. A ARENA só se reuniu, Sr. Presidente, a ARENA só deu "quorum" quando as questões que interessavam aos escaninhos palacianos impunham a presença dos Srs. Deputados, aqui, como vimos, até, outro dia, como pudemos assistir até outro dia. Aviões convocados a cruzar esses céus para trazer aqui Deputados que, meteoricamente passam pela Casa.

Mas, a forma de se restabelecer a verdade, Sr. Presidente, é se proceder a verificação de "quorum" mesmo.

O SR. PRESIDENTE **(Jurandir Messias)**. — Está em votação o

Projeto de Lei n.º 92/78.

(Pausa). — Dezenove Srs. Deputados votaram favorável ao projeto, nenhum Sr. Deputado votou contra.

Não há "quorum" para deliberação.

Esta Presidência, atendendo requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. 1.º Secretário queira proceder a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada nominal, 28 Srs. Deputados.

Em votação o Projeto de Lei n.º 92/78. — APROVADO.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Ex.ª disse aprovado o quê, Sr. Presidente? Aprovado o quê? O que que foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — O Projeto de Lei n.º 92/78.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, quando da verificação de "quorum" não tinha número. O que V. Ex.ª acabou de fazer foi a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Por favor, Sr. Deputado Nilso Sgaurezi, V. Ex.ª é parlamentar, é experiente,

é capacitado. Foi feita uma votação, uma verificação de voto. Constatou-se que compareceram 19 Deputados. Foi feita uma chamada nominal. Compareceram 28 Srs. Deputados. Conseqüentemente há número para prosseguimento dos trabalhos.

Então esta Presidência tem a obrigação e respeitando, inclusive V. Ex.ª e os demais membros deste Poder, de submeter o projeto à apreciação do Plenário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, o que nós havíamos requerido... V. Ex.ª disse que tinha sido aprovado!

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Exatamente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas aprovado o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Foi aprovado o projeto com número de 28 Srs. Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, Sr. Presidente, se na votação havia 19 presentes. Esses 11 votaram para quem?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com todo o respeito que V. Ex.ª merece, inicialmente foi requerido a verificação de voto. Nesta verificação não se constatou o número legal para a aprovação do projeto.

Em seguida, o Sr. Deputado Erondy Silvério, requereu chamada nominal. Feita a chamada nominal, responderam 28 Srs. Deputados, conseqüentemente, com base no Artigo 84, Parágrafo 2.º, não havendo número para votação, o Presidente anunciará o debate da matéria, a ser discutida, mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra, a interromper o seu discurso, para se proceder as votações.

Portanto, houve um número. E é por isso que esta Presidência, tem obrigação e deverá cumprir o Regimento Interno da Casa.

Penso que V. Ex.ª vai me entender e vai colaborar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, me parece que há, realmente, um mal entendido entre este Deputado e esta Presidência.

V. Ex.ª havia dito o projeto da discussão anterior, da votação anterior, houvera sido aprovado. Foi nisso que eu discordei. E me parece, V. Ex.ª deve repetir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Foi repetido, Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — V. Ex.ª requer novamente, verificação de votação?

Se é regimental, V. Ex.ª será atendido.

Em votação o Projeto de Lei n.º 92/78. — (Pausa).

(É feita a verificação).

25 Srs. Deputados aprovam; dois Srs. Deputados rejeitam.

— Aprovado o projeto.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/77, de autoria dos Senhores Deputados Accioly Neto e Enéas Faria, que determina ao Poder Executivo adquirir duas viaturas, ao destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Matéria vencida, Sr. Presidente. V. Ex.ª já anunciou o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência vai atender os Srs. Deputados. Só que pede que haja a ética, principalmente. Concederei a Questão de Ordem a todos os Srs. Deputados.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Inicialmente, Sr. Presidente, seria desnecessário a V. Ex.ª, pedir que este Deputado se dirigisse a V. Ex.ª com ética, ética esta que nunca faltou a V. Ex.ª e a nenhum Deputado desta Casa. Acontece o seguinte, Sr. Presidente, ao se verificar a votação, houve Deputados que votaram duas vezes.

Então eu peço a V. Ex.ª nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência submeterá o Projeto de Lei n.º 55/77 em votação, por considerar matéria vencida, o Projeto 92/78.

Em votação o Projeto de Lei n.º 55/77.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente, primeiro para cumprimentar a Mesa, por ter considerado matéria vencida o projeto anterior, que realmente é matéria vencida.

Em segundo lugar, para requerer a V. Ex.ª fazer dois requerimentos.

O primeiro, chamada nominal para verificação de "quorum". O segundo, votação nominal para todos os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — V. Ex.ª tem que trazer à Mesa o requerimento pretendido, para que todas as matérias sejam votadas nominalmente. V. Ex.ª queira fazer chegar até esta Mesa o requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, para uma questão de ordem. — (Assentimento).

Sr. Presidente, primeiro requeiro, V. Ex.ª não vai conseguir, me perdoe, se V. Ex.ª está procurando ajudar a banca da Arena, conseguir "quorum" porque nós, na próxima votação, vamos retirar. Eu apenas desejaria a V. Ex.ª que restabelecesse a verdade, porque dois Srs. Deputados da Arena votaram a favor e contra. Aí é que se restabeleceu o número, Sr. Presidente.

Requeiro a V. Ex.ª que faça verificação para não perder tempo. Houve dois projetos aprovados anteriormente. Então eu peço a V. Ex.ª que faça verificação de "quorum" para que seja reestabelecida a verdade. Apenas isto.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência determina ao Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Responderam a chamada, 23 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados. Conseqüentemente não temos "quorum" para deliberação e sim para prosseguimen-

to da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Crivelaro, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olegário Aires de Arruda — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Sca-ramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pedro Bom. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo visando a instalação de um Posto Telefônico no Distrito de Rio do Saito, Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Grupo Independência de Alcoólicos Anônimos "A.A.", pela passagem de seu 10.º ano de fundação nesta Capital, bem como da implantação deste movimento de recuperação de alcoólatras em todo o Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buf-fara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Rotary Club de Morretes, pela Campanha Escolar do

Combate à Verminose. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinado a exemplo dos demais Estados da Federação Brasileira, a suspensão do exame psico-técnico obrigatório, para expedição de Carteira de Habilitação de Motorista Amador. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55, 107 e 108/77, 54, 73, 93, 94, 97, 98, 120 e 167/78.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26, 30, 55 e 91/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 98 e 105/78.

Marcando ainda, uma sessão para quinta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 141/74, 106/77, 24, 36, 41, 42, 48, 49, 60, 63, 74, 82, 92/78 e de Resolução n.ºs 56 e 72/78.

Levanta-se a sessão.